

**ATA DA 3ª REUNIÃO DO COMITÊ DE FINANÇAS SUSTENTÁVEIS SOBERANAS
REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2023**

Às dezesseis horas do vigésimo quarto dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, no Ministério da Fazenda, Edifício Anexo, sala R4, 1º andar do bloco P da Esplanada dos Ministérios, Brasília, Distrito Federal, realizou-se a terceira reunião do Comitê de Finanças Sustentáveis Soberanas, colegiado instituído pelo Decreto nº 11.532, de 16 de maio de 2023, sob a presidência do Sr. Rogério Ceron de Oliveira, Secretário do Tesouro Nacional, e as presenças dos seguintes membros indicados pelos órgãos que compõem o Comitê: Sr. Jonathas de Alencar Moreira, titular, Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA); Sra. Mariana Nunes de Moura Souza, titular, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Sr. Lucas Ramalho Maciel, titular, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC); Sr. Aloisio Melo, titular, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA); Sra. Mariana de Assis Espécie, suplente, Ministério de Minas e Energia (MME); Sra. Elaine de Melo Xavier, titular, Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento (SOF); Sr. José Pedro Bastos Neves, titular, Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE); Sr. Marcos Neves Torreão, suplente, Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR). Participaram como convidados a Sra. Gabriela H. Antunes, Ministério do Meio Ambiente (MMA); Sr. Érico Rocha, Ministério do Meio Ambiente (MMA); Sr. Felipe Antunes, Assessor do Ministério do Planejamento (MP), Sr. Victor Monteiro, Assessor do Ministério do Planejamento (MP), Sra. Juliana Damasceno, Assessora Especial do Ministério do Planejamento (MP); e os representantes da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a Sra. Viviane Silva Varga, Secretária Adjunta da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Sr. Luiz Fernando Alves, Coordenador-Geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública (COGEP); Sr. Paulo Moreira Marques, Coordenador da COGEP; Sr. Leandro de Lima Galvão, Gerente de Relacionamento Institucional da COGEP; Sra. Cinthia de Fátima Rocha, Auditora Federal da COGEP; Sr. Rafael Mesquita Camargo, Gerente de Análise do Mercado Externo, da Coordenação Geral de Operações da Dívida Pública (CODIP); Sra. Jaciele Neves Ferreira, Coordenadora da Coordenação de Suporte à Comunicação Institucional (CSCOM). Participaram virtualmente, o Sr. Roberto Beier Lobarinhas, Coordenador da CODIP, a Sra. Cecília de Souza Salviano, Chefe de Projeto da COGEP, e o Sr. Rodrigo Silveira Veiga Cabral, representando o Banco Mundial (BIRD). Não houve representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), e do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). **ABERTURA:** O Sr. Presidente, Rogério Ceron, iniciou a reunião com as boas-vindas aos membros e convidados e expressou agradecimento à contribuição de todos. Colocou na ordem do dia a aprovação da Ata referente à 2ª reunião do Comitê de Finanças Sustentáveis Soberanas (CFSS), realizada em 06 de julho de 2023, bem como os demais itens da pauta, quais sejam, a apreciação do arcabouço para a emissão de títulos públicos soberanos sustentáveis revisado pelo SPO (*Second Party Opinion*), apreciação da primeira versão do parecer do SPO, as diretrizes para a

**ATA DA 3ª REUNIÃO DO COMITÊ DE FINANÇAS SUSTENTÁVEIS SOBERANAS
REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2023**

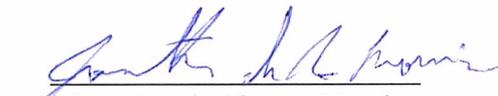
com a maior carga possível nas despesas com benefícios ambientais. Logo, os ministérios envolvidos deverão contemplar ao máximo os diferentes recortes com essa carga. Orientou ao CFSS selecionar despesas que já estejam contempladas na PLOA e priorizar despesas passíveis de rastreabilidade e com capacidade de ter indicadores. Combinou com os membros do CFSS que ao longo da próxima semana haveria a confirmação das despesas que serão contempladas na primeira emissão e que em seguida circularia para conhecimento. A STN ressaltou que com relação à rastreabilidade foi feito levantamento preliminar para identificar por meio de código orçamentário as despesas contidas no arcabouço. Contudo, o trabalho ainda está em andamento, mas com previsão de que no curto prazo seja apresentada a primeira proposta de despesas a serem consideradas prioritárias na primeira emissão. Solicitou o apoio dos setoriais neste mapeamento e reforçou que sejam despesas passíveis de rastreamento pelos agentes externos que irão verificar a alocação dos recursos. A SOF informou que as agendas transversais, que vão constar do PLOA, já foram recepcionadas com a indicação das programações por parte de cada ministério, e que já estão na base do SIOP. Porém, esclareceu que o demonstrativo das agendas com as programações é uma demonstração complementar no PLOA, e que ainda vai ser encaminhada ao Congresso Nacional até o dia 15 de setembro de 2023. Se propôs a circular o documento recebido para que a STN se baseie nessa programação que também se relaciona com os títulos e pode ser considerada uma boa fonte de informação para garantir a rastreabilidade. Adicionalmente, informou que o texto sobre as agendas transversais, não estará contido no arcabouço neste momento, pois o tema ainda vai ser discutido no Congresso Nacional. A STN questionou se com a marcação realizada pela SOF seria possível identificar se realmente a execução foi feita. A SOF esclareceu que sim, que é possível fazer o acompanhamento dentro da execução orçamentária. O MCTI questionou se serão usados os indicadores do PPA, PLOA ou indicadores específicos, dado que a orientação foi priorizar projetos que contenham indicadores. A STN esclareceu que deve ser utilizado o indicador disponível e que reflita o impacto da política que está sendo implementada, pois é importante mostrar para os investidores, por meio do relatório de alocação e de impacto que a despesa realizada trouxe resultados. A SPE questiona quando vai ocorrer o processo de seleção das despesas e a sua alocação. A STN informou que seria nas próximas semanas e que será validado com todo o grupo, antes da divulgação ao público, como etapa precedente à emissão do título público sustentável. **ITEM 5. Informes.** Expectativa da posição final do SPO até a próxima quinta-feira, dia 31 de agosto. Divulgação do arcabouço no dia 05 de setembro, para viabilizar as reuniões com investidores para esclarecimentos sobre o arcabouço a partir de 11 de setembro de 2023. Foi esclarecido que a emissão do título soberano depende das condições do mercado interno e externo, as quais deverão estar adequadas para apoiar na construção da curva de juros externa da República. Por último, informou-se aos membros do CFSS da troca do membro suplente do representante do MIDR, que passa a ser Marcos Neves Torreão,

ATA DA 3ª REUNIÃO DO COMITÊ DE FINANÇAS SUSTENTÁVEIS SOBERANAS
REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2023

em substituição a Tito Lívio Pereira Queiroz e Silva. **ENCERRAMENTO:** Por fim, o presidente agradeceu a presença de todos e todas. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente considerou encerrada a reunião. E para constar, eu, Cinthia de Fátima Rocha, secretária da reunião, lavrei e subscrevi esta Ata, que será assinada pelos membros do comitê presentes na reunião.



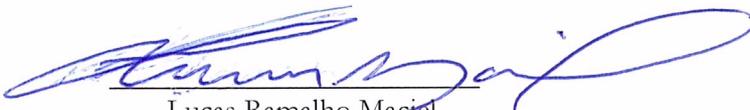
Rogerio Ceron
Presidente do Comitê



Jonathas de Alencar Moreira
Ministério da Agricultura e Pecuária



Mariana Nunes de Moura Souza
**Ministério da Ciência,
Tecnologia e Inovação**



Lucas Ramalho Mael
**Ministério do Desenvolvimento
Indústria, Comércio e Serviços**



Mariana de Assis Espécie
Ministério de Minas e Energia



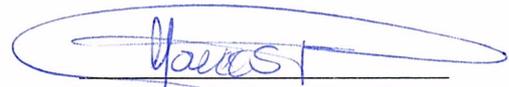
Elaine de Melo Xavier
**Secretaria de Orçamento Federal do Ministério
do Planejamento e Orçamento**



Aloísio elo
**Ministério do Meio Ambiente e
Mudança do Clima**



José Pedro Bastos Neves
**Secretaria de Política Econômica do Ministério
da Fazenda**



Marcos Neves Torreão
**Ministério da Integração e do
Desenvolvimento Regional**